PROJETO DE LEI Nº , DE 2019

(Do Sr. MARCOS PEREIRA)

Altera os arts. 642-A e 883 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a penhora sobre o faturamento da empresa.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 642-A e 883 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 642-A.

.....

.....

§ 5º Para os fins do disposto no § 2º deste artigo, considera-se suficiente a penhora de percentual sobre o faturamento da empresa a partir da sua determinação pelo juiz.” (NR)

“Art. 883.

Parágrafo único. Recaindo a penhora sobre o faturamento da empresa, o percentual será limitado a 20% (vinte por cento) do valor mensal, deduzido o valor da folha de pagamento.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Na execução judicial, é possível a penhora recair sobre o faturamento da empresa, respeitada a seguinte ordem preferencial, estabelecida no art. 835 do Código de Processo Civil – CPC (Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015):

- I - dinheiro, em espécie ou em depósito ou aplicação em instituição financeira;
- II - títulos da dívida pública da União, dos Estados e do Distrito Federal com cotação em mercado;
- III - títulos e valores mobiliários com cotação em mercado;
- IV - veículos de via terrestre;
- V - bens imóveis;
- VI - bens móveis em geral;
- VII - semoventes;
- VIII - navios e aeronaves;
- IX - ações e quotas de sociedades simples e empresárias;
- X - percentual do faturamento de empresa devedora;
- XI - pedras e metais preciosos;
- XII - direitos aquisitivos derivados de promessa de compra e venda e de alienação fiduciária em garantia;
- XIII - outros direitos.

Observa-se, pelo rol acima transcrito que o faturamento da empresa é um dos últimos recursos de que se deve valer o Judiciário para garantir a satisfação dos direitos do credor, uma vez que a saúde financeira da empresa é o que garante a sua produção e o pagamento dos salários dos demais trabalhadores.

A excepcionalidade com que deve ser considerada a penhora de percentual do faturamento da empresa é reiterada pelo art. 866 do CPC, que permite tal medida *“se o executado não tiver outros bens penhoráveis ou se, tendo-os, esses forem de difícil alienação ou insuficientes para saldar o crédito executado”*. Reforçando a necessidade de se preservar a empresa, determina o § 1º do art. 866 que *“o juiz fixará percentual que propicie a satisfação do crédito exequendo em prazo razoável, **mas que não torne inviável o exercício da atividade empresarial**”*.

Muitas vezes, porém, ocorrem abusos nas penhoras, especialmente nas execuções trabalhistas, e, na pressa de finalizar a execução, são bloqueados altos percentuais do faturamento, o que acaba por comprometer o funcionamento da empresa e ameaça a extinção de dezenas ou milhares de empregos.

O objetivo do nosso projeto é, por meio do acréscimo do parágrafo único ao art. 883 da CLT, permitir que a execução trabalhista tenha prosseguimento, satisfazendo os créditos do trabalhador na reclamação trabalhista, mas sem colocar em risco o desenvolvimento regular das atividades empresariais.

Propomos, ademais, que seja inserido novo parágrafo no art. 642-A da CLT, a fim de permitir a expedição de Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, com os mesmos efeitos da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, a partir da determinação judicial da penhora de percentual sobre o faturamento da empresa. Consideramos que o bloqueio mensal de valores equivale à garantia por penhora suficiente, ainda que não imediatamente, mas em tempo razoável, como dispõe o § 1º do art. 866 do CPC.

A expedição da Certidão positiva com efeito de negativa permitirá ao titular participar de licitações, o que representará uma possibilidade maior de faturamento e, conseqüentemente, mais rapidez na satisfação da dívida que gerou a penhora.

Diante do exposto, e considerando que nosso projeto atende ao princípio da preservação e função social da empresa, pedimos apoio aos nobres Colegas para a aprovação desta proposta.

Sala das Sessões, em de de 2019.

Deputado MARCOS PEREIRA